

## Comissão analisa hoje novos indicadores para produção rural

Ana Volpe/S



Agricultura familiar: na cidade-satélite de Brazlândia (DF), Raimundo Pereira produz morangos para abastecer a capital

Relatora de projeto de Antônio Carlos Valadares, Kátia Abreu propõe a classificação do produtor pelo faturamento obtido no ano e sugere novos parâmetros para definir produtividade

**A** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa hoje o projeto do Estatuto do Produtor Rural. Kátia Abreu propõe, para efeitos de políticas públicas, que o produtor seja classificado não mais pelo tamanho da terra, mas pela produtividade de sua propriedade, de acordo com faixas de receita bruta anual. Pela proposta, será considerado miniprodutor quem obtiver receita bruta anual inferior a R\$ 240 mil; pequeno produtor, entre R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões; médio produtor, entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 4 milhões; e grande produtor, igual ou superior a R\$ 4 milhões. A relatora sugere mudança nos índices relacionados à reforma agrária. **3**

### Debate valoriza hidrelétricas sustentáveis

Especialistas ouvidos ontem pela Comissão de Infraestrutura defenderam a geração de energia com a construção de hidrelétricas, mas desde que haja responsabilidade socioambiental no empreendimento. **5**

Coordenado por Fernando Collor (2º à dir.), debate reuniu pesquisadores e gestores públicos



Gerardo Magela

### Revista em discussão! amplia divulgação de audiências públicas



Com o tema "O Senado e o desafio da exploração do pré-sal", será lançada hoje a revista em discussão!, novo projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social. O objetivo é ampliar a divulgação dos debates promovidos pelas comissões. A edição, mensal, está a cargo da equipe do *Jornal do Senado*. **2**

### Projeto obriga ensino da história regional **4**

### Paulo Bernardo discute na CMO contenção de verbas **3**

### Biblioteca lança CDs e *Senatus* fala de Brasília **2**

### especial Cidadania



Lotus Herd/stock.sching

Cartões de crédito: tarifas e juros exorbitantes estão entre maiores queixas

### Senado e governo socorrem usuário de cartão de crédito

Dois projetos no Senado podem ajudar a proteger o consumidor em sua batalha diária contra as administradoras de cartões de crédito, entre as mais

visadas nas queixas ao Procon. O governo federal também resolveu, no mês passado, intervir nas tarifas cobradas pelas empresas administradoras. **8**



Obras reúnem trabalhos das comissões exploradoras que estudaram o Planalto Central a partir do final do século 19 para demarcar a área onde seria a nova capital do país



Entre 1892 e 1956, quatro comissões trabalharam na identificação e delimitação de uma área para a nova capital do país

## Biblioteca lança os relatórios da missão Cruls em dois CDs

A PARTIR DO final do século 19, comissões exploradoras estudaram o Planalto Central brasileiro a fim de demarcar a área em que seria estabelecida a nova capital do Brasil. Os trabalhos dessas comissões estão reunidos em dois CDs que a Biblioteca do Senado lança hoje, como parte das celebrações do cinquentário de Brasília.

O primeiro CD contém os relatórios técnicos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada por Louis

Cruls, então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. A comissão visitou terras em Goiás, entre 1892 e 1894, e propôs a delimitação de uma área bastante semelhante à que hoje é ocupada pelo Distrito Federal. Estão ainda no CD os relatórios da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, também chefiada por Cruls, que, entre 1894 e 1895, realizou trabalhos complementares ao do primeiro grupo.

O segundo CD reúne, entre

outros documentos, os relatórios de duas comissões que deram continuidade aos trabalhos de exploração durante o século 20. Uma delas foi a Comissão Técnica para o Estudo da Localização da Nova Capital da União, presidida pelo general Djalma Polli Coelho e que funcionou entre 1946 e 1948. A outra foi a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, presidida pelo marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque entre 1953 e 1956.

## Revista em discussão! traz debates de audiências públicas

Será lançada hoje, às 11h, na sala de audiências da Presidência do Senado, a revista *em discussão!*. Projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), a publicação trará os debates ocorridos em audiências públicas das comissões da Casa.

O tema do primeiro número é "O Senado e o desafio da exploração do pré-sal" e reproduz reunião conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o marco regulatório para exploração das jazidas de petróleo na camada pré-sal. A edição da revista, que terá periodicidade mensal, está a cargo da equipe

do *Jornal do Senado*.

Na apresentação do primeiro número da *em discussão!*, o presidente do Senado, José Sarney, lembra que o objetivo da revista é ampliar a divulgação das audiências públicas e, assim, "dar mais um passo para aumentar o contato entre o Parlamento e o cidadão".

As audiências públicas, afirma Sarney, permitem que os parlamentares se aprofundem "sobre assuntos que são, por vezes, altamente especializados". Dessa maneira, diz o senador, alteram-se, "muitas vezes, entendimentos preliminares dos deputados e senadores".

## Senatus dedica edição aos 50 anos de Brasília

O décimo fascículo da revista *Senatus*, que comemora os 50 anos de instalação do Senado em Brasília, será lançada hoje. Em 12 artigos, a revista aborda temas como a arquitetura do Palácio do Congresso, a mudança para Brasília e a produção legislativa de 1960.

A publicação também vai homenagear os trabalhadores que participaram da construção (conhecidos como candangos) e da transferência do Congresso.

A apresentação da edição dos 50 anos da mudança para Brasília é assinada pelo presidente do Senado, José Sarney. A *Senatus* é produzida pela Secretaria de Informação e Documentação do Senado.

## Seminário discute proteção aos direitos autorais

A pirataria pode acabar com a cultura brasileira? Em tempos de internet, como fica o direito dos autores? Respostas a essas questões serão discutidas no seminário Cultura Sustentável – Brasil, um imenso caleidoscópio cultural, no dia 14, no auditório do Interlegis. O presidente do Senado, José Sarney, e o senador Marco Maciel (DEM-PE) estão entre os parlamentares que participarão do evento.

O assunto será analisado por sete especialistas em Direito Autoral. Foram convidados,

entre outros, o advogado Alexandre Kruehl Jobim, professor da Universidade de Brasília, do Instituto Brasiliense de Direito Público e presidente do Comitê de Copyright da International Association of Broadcasting; e Luís Roberto Barroso, professor de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Também vão falar João Carlos Muller, ex-consultor jurídico da Polygram Discos e atual consultor jurídico da Associação Brasileira dos Produtores de Discos;

e Fernando Brant, compositor, músico e advogado. O resultado das apresentações e debates será transformado em uma publicação. No encerramento, haverá *show* de Leo Jaime.

O seminário é uma realização do Senado Federal, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e da Associação Nacional de Jornalistas (ANJ), com apoio do Interlegis. As inscrições podem ser feitas pelo endereço eletrônico [www.senado.gov.br/comunicacional](http://www.senado.gov.br/comunicacional).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Pré-sal já tranca pauta

14h Sessão deliberativa. A pauta está trancada por duas medidas provisórias e por projetos sobre o marco regulatório da exploração do petróleo na área do pré-sal: os que criam a Petro-Sal e o Fundo Social, o que estabelece regras para a capitalização da Petrobras e o que trata do regime de distribuição dos *royalties* do petróleo.

## Presidente Lançamento de publicações

11h O senador José Sarney comparece aos lançamentos, às 11h, da revista *em discussão!* e, às 18h30, do CD-ROM *A expedição Cruls e outras expedições para a mudança da capital* e da revista *Senatus*. Recebe, às 12h, a deputada e presidente do Partido Revolucionário Institucional, do México, Beatriz Paredes Rangel. Às 16h, preside a ordem do dia.

## CRA Estatuto do Produtor Rural

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa projeto que trata do Estatuto do Produtor Rural e proposta que concede o seguro-desemprego a agricultores familiares.

## CCJ Normas sobre o esporte

10h Novas normas sobre esporte estão em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que ouve o ministro do Esporte, Orlando Silva; o governador de Goiânia, Alcides Rodrigues da Silva; e o prefeito de Goiás, Paulo de Siqueira Garcia, entre outros.

## CAE Incentivos para empresas

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que permite a adesão de empresas de propaganda e publicidade ao Simples. Analisa também proposta que permite dedução de Imposto de Renda Pessoa Jurídica a empresas que fizerem doação de material para uso em programas governamentais de habitação popular.

## CRE Atuação da PF nas fronteiras

10h Debate na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a atuação da Polícia Federal no controle e na fiscalização das fronteiras brasileiras. Participa do debate o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa.

## CAS Redução da mortalidade materna

10h A redução da taxa de mortalidade materna, quinta das oito metas de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), será debatida em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. Estão convidados o ministro da Saúde, José Gomes Temporão; a ministra de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e a representante da Pastoral da Criança, Ana Ruth Rezende Goes, entre outros.

## CE Programa de apoio ao esporte

11h Projeto em votação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte autoriza o governo a criar o Programa Universitário de Apoio ao Esporte. Outra proposta obriga a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica.

## CMA Descarte de embalagens recicláveis

11h30 Projeto que obriga colocar no rótulo informações sobre a forma de descarte das embalagens produzidas com material reciclável está da pauta da Comissão de Meio Ambiente.

## CPI das ONGs Escândalo da Bancoop

14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs ouve João Vaccari Neto, ex-presidente da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), entidade acusada de desvio de dinheiro para campanhas do PT.

## CMO Paulo Bernardo e a LDO 2011

15h O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, participa de audiência na Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, para discutir o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011.

## Biblioteca Missão Cruls e revista *Senatus*

18h30 Biblioteca do Senado lança CDs com os trabalhos das comissões exploradoras que, a partir do século 19, estudaram o Planalto Central para demarcar a área em que seria criada a nova capital do Brasil. Também lança o décimo fascículo da revista *Senatus*.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)



Relatora do projeto, Kátia Abreu propõe modificar a forma de classificação dos agricultores e também alterar os índices de produtividade da terra

## Comissão examina hoje Estatuto do Produtor Rural

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa hoje o substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ao projeto de lei (PLS 325/06) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural. No texto, a relatora propõe a classificação do produtor rural pelo faturamento obtido no ano e sugere novos parâmetros para definir produtividade rural.

Kátia Abreu propõe, para efeitos de políticas públicas (crédito rural, por exemplo), que o produtor seja classificado não mais pelo tamanho da terra, mas pela produtividade de sua propriedade, de acordo com faixas de receita bruta anual.

Ela considera miniprodutor quem aferir receita bruta anual inferior a R\$ 240 mil; pequeno produtor, entre R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões; médio produtor, entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 4 milhões; e grande produtor, igual ou superior a R\$ 4 milhões.

Conforme as regras atuais, o Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por exemplo, financia agricultores com renda anual de até R\$ 110 mil.

Para Kátia Abreu, a mudança na classificação de produtores rurais permite adequar a agricultura e a pecuária ao comércio, à indústria e aos serviços, "com o olhar posto na modernização das relações do campo brasileiro".

### Novos índices

A relatora também propõe alterar os índices de produtividade rural previstos na lei que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária (Lei 8.629/93).

Índices de produtividade são indicadores usados para verificar se propriedades rurais são utilizadas de forma racional e adequada – condições para a chamada função social, parâmetro para desapropriação visando

à reforma agrária.

Atualmente, considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, dois critérios: o Grau de Utilização da Terra (GUT), relacionado à ocupação da área, e o Grau de Eficiência da Exploração (GEE), referente à produtividade física propriamente dita.

Os índices são estabelecidos pelo governo e devem ser ajustados periodicamente. O substitutivo desconsidera o GUT e determina que será considerada produtiva a propriedade que atingir GEE, conforme parâmetros fixados na lei. Esses parâmetros deverão ser alterados periodicamente, levando em consideração, além da evolução tecnológica, os custos de produção e o nível de renda do produtor rural.

"Um produtor rural não pode ser vítima de uma desapropriação pelo fato de não ter podido vender o seu produto para um mercado recessivo. A exploração econômica e racional da terra pressupõe que os lucros e prejuízos do produtor sejam igualmente avaliados e medidos. A economia agrícola é uma economia de mercado", diz Kátia Abreu no substitutivo.

A alteração dos índices de produtividade rural está prevista no PLS 202/05, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Aprovado na CRA, onde também foi relatado por Kátia Abreu, aguarda votação em Plenário desde dezembro.

A tramitação do projeto de Lúcia Vânia foi acelerada no Senado, no ano passado, depois do anúncio da intenção do próprio governo de ajustar os índices de produtividade no campo. Porém, a ideia foi mal recebida por entidades de defesa da reforma agrária, que viram nas mudanças propostas uma tentativa de acabar com a função social da terra, prevista na Constituição.



Marcos Negrini/Getac-NT



José Cruz



José Cruz

Kátia Abreu modificou o PLS 325/06, do senador Antônio Carlos Valadares: alteração é importante para efeito de desapropriação de terras destinadas à reforma agrária

## Projeto prevê incentivo fiscal para carros flex

As pessoas que adquirirem veículos flex – que permitem o uso simultâneo de mais de um tipo de combustível, como gasolina e etanol – poderão ser beneficiadas com incentivos fiscais. É o que determina proposta (PLC 85/07) do deputado Antonio Carlos Thame (PSDB-SP) que poderá ser votada hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). As pessoas também poderão ter prazos de financiamento ou de consórcio pelo menos 50% mais longos em relação aos estabelecidos para os veículos movidos a um só combustível.

O projeto também permite que automóveis flex sejam incorporados às frotas oficiais. A legislação atual (Lei 9660/98) prevê que carros oficiais sejam movidos apenas a combustíveis renováveis.

A relatora da proposta, senadora Fátima Cleide

(PT-RO), já apresentou parecer pela aprovação. Após passar pela CMA, o projeto ainda será examinado pelo Plenário.

### Pré-sal

Na reunião de hoje, a comissão também poderá votar pedidos dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e César Borges (PR-BA) para audiência conjunta da CMA com outras comissões para discutir o Fundo Social, a ser criado com parte dos recursos provenientes da exploração do pré-sal.

O fundo, proposto pelo PLC 7/10, apresentado pela Presidência da República, visa constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social, por meio de programas e projetos de combate à pobreza e de incremento a setores como educação, cultura, saúde pública, ciência e tecnologia e meio ambiente.



Waldemir Borretto

Com relatório favorável de Fátima Cleide, proposta muda financiamentos

## Paulo Bernardo explica contingenciamento

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, explica hoje aos parlamentares o contingenciamento de R\$ 21,8 bilhões que o Executivo fez no Orçamento da União para este ano. Grande parte da retenção dos recursos se deu nas emendas que os congressistas fizeram ao Orçamento. Tais emendas somam R\$ 15,9 bilhões e nem todas foram cortadas.

O convite ao ministro foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) assim que saiu o decreto do presidente Lula determinando o contingenciamento.

O autor da convocação, deputado Júlio César (DEM-PI), afirmou que o "expressivo contingenciamento, que prejudica seriamente os projetos do

Orçamento", foi anunciado apesar de um aumento de 12,14% na arrecadação federal no primeiro bimestre deste ano.

O ministro também explicará aos parlamentares a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, encaminhada ao Congresso no mês passado. A presença do ministro é prevista pela legislação e ele deve detalhar as prioridades e metas do governo, a arrecadação projetada para 2011 e as previsões do Executivo sobre a dívida pública.

A CMO é presidida pelo deputado federal Waldemir Moka (PMDB-MS). O relator da LDO este ano é o senador Tião Viana (PT-AC) e a relatoria da Lei Orçamentária Anual (LOA) será do senador Gim Argello (PTB-DF).



Genivaldo Augusto

Tião Viana foi designado relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011



Projeto de Tasso Jereissati, na pauta de hoje da Comissão de Educação, exige o desenvolvimento de conteúdos relativos aos temas históricos regionais e locais

## Tema regional obrigatório no ensino da História do Brasil

ESCOLAS DE ENSINO fundamental e médio devem obrigatoriamente desenvolver conteúdos relativos aos temas históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil, como definido em projeto com exame previsto para hoje, às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta (PLS 155/08), do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), recebeu parecer favorável do relator, Mão Santa (PSC-PI).

Na justificativa, Tasso Jereissati observa que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) estabelece que os currículos escolares tenham uma base nacional comum, a ser complementada com conteúdos diversificados para atender a características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia. No entanto, diz que essa determinação não vem sendo cumprida, o que cria a necessidade de se "deixar explícita a orientação".

Para o senador, a ausência de



Cristino Gallo

Jereissati: descumprimento da LDB cria necessidade de explicitar orientação

conteúdos regionais nos currículos é um problema grave, ao se considerar que os conhecimentos culturais e históricos de uma comunidade são de grande importância para fortalecer os laços indispensáveis à formação da identidade das populações envolvidas.

Mão Santa afirma que o projeto possui, entre outras virtudes, o mérito de contrabalançar a versão da narrativa histórica

do Centro-Sul do Brasil, mais presente nos conteúdos ensinados. Segundo ele, os conteúdos locais são úteis para pulverizar o mérito da construção do Brasil entre todos os seus filhos, estados e regiões.

O texto pode seguir direto para exame na Câmara dos Deputados se passar na Comissão de Educação, pois os senadores deverão votar a matéria em decisão terminativa.

## Cristovam propõe exibir filmes nacionais no ensino básico

A exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional deve ser obrigatória nas escolas de ensino básico por, no mínimo, duas horas mensais. É o que prevê projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) a ser examinado pela CE hoje. No relatório em que analisa a matéria (PLS 185/08), a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) recomenda sua aprovação.

Pelo texto, a exibição de filmes brasileiros seria componente curricular complementar. Cristovam argumenta que a ausência de arte na escola reduz a formação dos alunos e impede que sejam usuários de bens e serviços culturais na vida adulta. O senador lembra que os jovens acabam privados de um dos objetivos fundamentais da educação, que diz

ser o deslumbramento com as coisas belas.

Ao explicar a escolha pela exibição de filmes, entre diferentes alternativas de manifestações artísticas, o parlamentar argumentou ainda que "o cinema é a arte que mais facilidade apresenta para ser levada aos alunos nas escolas". Além disso, afirmou que o país precisa ampliar a indústria cinematográfica, que hoje depende de financiamento público devido à baixa frequência às salas de cinema.

Num primeiro relatório, no ano passado, a senadora Rosalba Ciarlini concluiu pela rejeição da proposta. No entanto, pouco depois divulgou novo parecer, dessa vez favorável, sugerindo apenas duas emendas para correções técnicas



Waldemir Barreto

Cristovam Buarque: alunos são privados de conhecer coisas belas

que não alteram os objetivos originais. A senadora disse que decidiu se alinhar às motivações e esperanças do autor por reconhecer o potencial do cinema como recurso auxiliar da aprendizagem.

O texto está sendo examinado em decisão terminativa, devendo seguir logo depois para análise na Câmara dos Deputados se não houver recurso para que passe antes em Plenário.

## Senador defende saída negociada para greve na UnB

Mesmo após a Advocacia-Geral da União recomendar o cumprimento da decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia de pagar a Unidade de Referência e Padrão (URP) aos professores da Universidade de Brasília (UnB), a greve que paralisa a instituição há 55 dias poderá prosseguir. O motivo é que o pagamento da URP não foi estendido aos servidores técnico-administrativos.

Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-reitor e ainda hoje professor da UnB, apelou ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para que aceite a instalação de uma mesa de negociações para

resolver o impasse.

A proposta do senador é que sejam reunidos representantes do Ministério do Planejamento, dos funcionários, dos professores, dos alunos e da administração da UnB. Cristovam Buarque colocou-se à disposição para auxiliar na busca de soluções e sugeriu a participação de outros parlamentares, tanto senadores quanto deputados federais e distritais.

— São 28 mil estudantes e mais três mil matriculados na pós-graduação sem aulas há quase dois meses. Dessa vez, ninguém pode reclamar da greve. Ela não foi deflagrada para reivindicar salários maiores, mas para im-

pedir sua redução. É inacreditável que seja necessária uma greve para impedir a redução de salários que são pagos há 20 anos — lamentou Cristovam Buarque.

A URP, criada no final dos anos 1980, é um percentual adicionado ao salário dos funcionários públicos para compensar a perda salarial provocada por planos econômicos lançados pelo governo com o objetivo de reduzir a inflação. Na avaliação de Cristovam Buarque, se houve pagamento indevido da URP, o servidor beneficiado não pode ser considerado culpado por eventualmente ter recebido a mais.

## Comissão examina amanhã recondução de diretor da Anvisa

José Agenor Álvares da Silva, um dos diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), encerra em maio seu mandato de três anos. Para que continue no cargo por mais um mandato, a Presidência da República enviou ao Senado uma mensagem na qual solicita sua recondução.

Antes de ir a Plenário, o assunto deverá ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne amanhã, a partir das 11h.

Ministro da Saúde entre 2006 e 2007, José Agenor assumiu uma das diretorias da Anvisa logo após deixar o ministério. De acordo com as informações enviadas pela Presidência da República, ele supervisiona as seguintes áreas da agência: Núcleo de Assessoria de Regulação de Mercado; Toxicologia;

Controle de Produtos Derivados de Tabaco; e Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados.

Ainda conforme informações do Executivo, José Agenor é formado em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui pós-graduação em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais.

Além dele, também são diretores da Anvisa: Dirceu Raposo de Mello (diretor-presidente), Agnelo Santos Queiroz Filho, Dirceu Brás Aparecido Barbo e Maria Cecília Martins Brito.

A votação da recondução de José Agenor é o primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

O relator da mensagem é o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

## Senadores votam adicional de periculosidade para vigias

O projeto de lei que garante adicional de periculosidade para porteiros, vigias e seguranças de condomínios está na pauta da CAS. Para implementar essa medida, o texto acrescenta um parágrafo ao artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43).

Ao defender a proposta (PLS 493/09), seu autor, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), afirma que "tem sido uma constante no noticiário dos jornais a ação de criminosos, principalmente em prédios de apartamentos residenciais, que conseguem adentrar para a prática de roubo e assalto, dominando ou mesmo assassinando porteiros ou vigias que se opõem à sua sanha".

A relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), também defende a sua aprovação. Em um de seus relatórios, ela argumenta que a concessão do adicional pode não salvar vidas, mas



Gerardo Maggela

Marcelo Crivella: adicional frente a uma ação criminosa constante

representa uma compensação para as tensões diárias sofridas por porteiros, vigilantes e seguranças de prédios residenciais e comerciais. Além disso, continua Rosalba, o adicional valoriza profissionais que não são, via de regra, bem remunerados.

Se aprovado na CAS e não houver recurso para votação em Plenário, o projeto deverá ser enviado diretamente à Câmara.

## Acompanhante de pessoa com deficiência poderá ter passe livre

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa projeto de lei do senador Flávio Arns (PSDB-PR) que estende ao acompanhante de pessoa deficiente, comprovadamente carente, a concessão do passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual.

De acordo com a proposta (PLS 27/10), que modifica a Lei 8.899/94, o assento do acompanhante nos ônibus, trens ou metrô será contíguo ao da pessoa com deficiência, conforme regulamento a ser publicado pelo Poder Executivo.

Flávio Arns informou que a extensão do direito ao passe livre para o acompanhante, em deslocamentos interestaduais, é uma antiga reivindicação de pessoas com deficiência. Se, por um lado, o passe livre



Márcio Klüme

Flávio Arns: extensão do direito é reivindicação antiga dos deficientes

representa um avanço significativo nos direitos da pessoa com deficiência, o seu uso fica restrito àquelas que são capazes de viajar desacompanhadas, deixando do lado de fora incontáveis deficientes que necessitam de acompanhante para seus deslocamentos — garantiu o senador.



## Papaléo vê “perversidades” em programa de direitos humanos

A terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, divulgada pelo governo federal, recebeu ontem duras críticas do senador Papaléo Paes (PSDB-AP). Para ele, trata-se de uma coleção de “armadilhas, perversidades, tolices e inconsistências”, já apontadas por representantes das mais diversas instituições.

O programa, segundo o parlamentar, é “um calhamaço de 228 páginas em que se acotovelam 512 proposições, muitas das quais extremamente contrárias aos interesses da sociedade”.

Como exemplo, Papaléo citou os limites que o programa tenta impor à liberdade de expressão. Segundo ele, “sob o artifício maroto” de se regulamentar o artigo 221 da Constituição, o programa “fere de morte” o artigo 220, que impede restrições à liberdade de manifestação do pensamento.

– Arruma-se o pretexto para se retirar do ar emissoras de rádio e de televisão que não sigam a linha oficial do pensamento – afirmou o senador, acrescentando que “nem [o presidente da Venezuela] Hugo Chávez faria melhor”.

Outro absurdo, de acordo com Papaléo, é retirar do Congresso Nacional a prerrogativa de

aprovar referendos e plebiscitos. Para o senador, a Constituição, ao dar essa primazia ao Legislativo, garantiu “o sistema de freios e contrapesos, para impedir o predomínio absoluto do Executivo”.

O parlamentar criticou fortemente a proposta de se realizar mediação sobre invasões de terra, retirando dos proprietários de fazendas invadidas a possibilidade de ingressar imediatamente na Justiça exigindo a reintegração de posse. O programa, sustenta Papaléo, consegue em um único parágrafo afrontar duas cláusulas pétreas da Constituição: o direito à propriedade e a exclusão, por decreto, de lesão ou ameaça ao direito.



Papaléo critica “calhamaço” repleto de “tolices, armadilhas e inconsistências”

## Mesquita Júnior quer campanha por respeito à faixa de pedestre

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) elogiou ontem a luta do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), quando governador do Distrito Federal, pelo respeito à faixa de pedestres.

Do ponto de vista da construção da cidadania, para Mesquita Júnior, o respeito à faixa de pedestre tem mais importância que o programa Bolsa Família, outra inovação ocorrida também no governo de Cristovam, então com o nome de Bolsa Escola.

O senador defendeu a extensão do respeito às faixas de pedestres a todo o país, a partir de discussões com a sociedade.

– O costume de os motoristas pararem na faixa de pedestres deve se instalar de forma plena e consciente, para que as pessoas tenham em mente que isso é cidadania, que isso é gentileza

– afirmou o senador.

Ele convidou as emissoras de TV a promoverem uma campanha publicitária visando a implantação de faixas de pedestres em todas as cidades do país.

Cristovam Buarque agradeceu a Mesquita Júnior pelo pronunciamento.



Mesquita Júnior lembra importância da luta de Cristovam Buarque

Debate na Comissão de Infraestrutura destaca que geração hidrelétrica de energia no país deve se concretizar através de usinas construídas com responsabilidade socioambiental



No detalhe do monitor, o professor da UFRJ Marcos Freitas fala, ao lado de Fernando Collor, em reunião da CI

## Especialistas defendem hidrelétricas sustentáveis

ESPECIALISTAS EM RECURSOS HÍDRICOS defenderam a importância da geração hidrelétrica de energia para o Brasil, mas alertaram para a necessidade de todos esses empreendimentos de usinas terem como princípio básico a responsabilidade socioambiental. Frisaram ainda que o país precisa de mais investimentos nas áreas educacional, profissional e tecnológica para que não dependa de tecnologia ou profissionais estrangeiros para conseguir aumentar a produção energética que o crescimento econômico dos próximos anos demandará.

O senador Fernando Collor (PTB-AL), presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), esteve à frente da audiência pública “Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos na exploração de recursos energéticos e geração de ener-

gia e exploração de recursos hídricos”. O debate integrou o painel da Agenda Desafio 2009-2015: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade.

Segundo o professor Marcos Freitas, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 45% da matriz energética brasileira é de fontes de energias renováveis, principalmente biomassa e hidrelétrica, enquanto o percentual mundial é de 12,7%. Para ele, o Brasil precisa investir fortemente na capacitação dos profissionais que lidam com licenciamentos ambientais. Freitas opinou ainda que projetos como os das usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio (todas na Amazônia) são satisfatoriamente adequados quanto à questão ambiental, mas deixam a desejar na relação com as po-

pulações indígenas que vivem nas áreas que receberão tais usinas, bem como as populações ribeirinhas não indígenas.

Além de aumentar a produção de energia nas próximas décadas, o país deve aproveitar o crescimento econômico para construir uma “indústria forte e geradora de riquezas”, defendeu o superintendente de abastecimento da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), Caio Pimenta. Ele disse que a matriz energética brasileira vai crescer 121% até 2030, enquanto a matriz mundial aumentará apenas 45%. Para Caio Pimenta, o sistema de inovação do Brasil também é precário. Ele exemplificou dizendo que o número de patentes brasileiras é muito baixo.

– O Brasil tem bons sistemas de formação de recursos humanos, mas insuficientes em termos de demanda para o crescimento.

## Debatedor sugere criação de um ministério das Águas

O superintendente-adjunto de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Victor Sucupira, traçou um panorama de todos os projetos e parcerias da agência reguladora na busca de uma melhor capacitação de especialistas no setor, principalmente em gerenciamento de recursos hídricos.

Ele afirmou que um dos problemas brasileiros é a instabilidade da mão de obra especializada nos órgãos gestores de recursos hídricos de estados e

municípios, causada principalmente por fatores políticos e trocas frequentes de secretários e gestores.

Já o engenheiro, consultor de recursos hídricos e pesquisador Arnaldo Augusto Setti afirmou que a questão da água é tão estratégica para o Brasil que vários estudiosos já sugeriram a criação de um ministério das Águas. Para ele, o país precisa investir na formação de especialistas e técnicos que possam trabalhar nos diversos usos da água, como abastecimento

rural e urbano, pesca, geração hidrelétrica, abastecimento industrial, aquicultura, irrigação, recreação e lazer, navegação fluvial e preservação e conservação.

Também participaram da audiência pública da comissão os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Mão Santa (PSC-PI).

Na próxima segunda-feira, o décimo painel da Agenda Desafio 2009-2015 vai debater a formação de pessoal na área de telecomunicações.

## Progressão de pena para crimes hediondos é polêmica

Há 17 projetos em tramitação no Congresso que visam regulamentar ou simplesmente impedir a chamada progressão de regime de cumprimento da pena para pessoas acusadas de praticar crimes hediondos. O assunto é polêmico e o Supremo Tribunal Federal (STF) já definiu que a legislação não pode simplesmente proibir essa medida, pois o juiz, conforme entendimento daquela Corte, deve ter autonomia para decidir sobre a questão.

A Lei 8.072/90 previa o cumprimento integral da pena em regime fechado para quem cometeu

crime hediondo, mas, em 2006, o STF analisou um *habeas corpus* impetrado por um condenado e alegou que impedir a chamada progressão desse regime viola o princípio constitucional da individualização da pena. Após uma série de alterações para tratar da definição do que seria crime hediondo, essa lei não pôde mais ser aplicada em sua plenitude.

A maioria dos projetos que tramitam no Congresso e tratam desse assunto esbarraria, portanto, nesse entendimento do STF, que foi baseado no artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição. Por esse

artigo, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Entre os projetos em análise, tramita na Comissão de Constituição e Justiça a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/08, do senador Valter Pereira (PMDB-MS), que é a única que pode alterar a Constituição e tornar possível a manutenção do regime prisional desses criminosos até o final do cumprimento da pena.

## Enquete na Agência Senado sobre condenados por crime hediondo

Está no ar no site da Agência Senado, até o final do mês, a enquete “Você é a favor ou contra um condenado por crime hediondo ter direito de cumprir parte da pena em regime semiaberto ou aberto (a PEC 5/08 veda progressão)?”, promovida juntamente com a Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) da Casa. O Supremo Tribunal Federal (STF) entende que é inconstitucional impedir, por meio de lei, a progressão da pena de um condenado, pois isso

violaria o princípio da individualização da pena.

A proposta de Emenda Constitucional 5/08, de autoria do senador Valter Pereira (PMDB-MS), visa justamente mudar a Constituição para proibir que pessoas condenadas por crimes hediondos possam sair da prisão em liberdade condicional.

Em abril, a enquete da Agência Senado foi sobre a extinção dos fumódromos, tema do PLS 315/08. O resultado será divulgado em breve.



Senador lê editorial de jornal paulista que acusa Senado de aprovar propostas para agradar população em ano eleitoral. Para ele, medida votada beneficia o país

## Garibaldi rechaça críticas a projeto das domésticas

SOB O TÍTULO "A generosidade do Senado", o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou ontem editorial em que afirma que a proximidade da eleição apressou a votação de matérias em favor dos empregados domésticos. Mas, para o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o fundamental é que os projetos salvaguardam e protegem a categoria.

– Estamos aqui para apresentar projetos em favor do bem público, do bem-estar da população. Mas isso não exclui o desejo que temos de sermos reconhecidos, independente da época que for. A verdade é que é difícil para um senador ou deputado aprovar qualquer projeto. Temos que superar toda conjunção de esforços que conspiram contra nós,



Garibaldi: "Estamos aqui para apresentar projetos em favor do bem público"

a começar pela interferência do Executivo. Por isso, me rebelei, quando presidente do Congresso, contra as medidas provisórias – lembrou Garibaldi.

No Dia Nacional do Trabalhador Doméstico, 27 de abril, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou um dos seis projetos que beneficiam a categoria. O PLS 194/09, do senador César Borges (PR-BA), permite ao empregador deduzir do Imposto de Renda pagamentos efetuados a plano de saúde do empregado doméstico.

Garibaldi é autor do PLS 447/09, que concede anistia das contribuições devidas pelo empregador doméstico e não recolhidas, desde que formalizada a situação do empregado e quitados os débitos relativos aos 12 meses anteriores. O próprio jornal reconhece a importância das matérias aprovadas pelo Senado e remetidas para deliberação da Câmara.

## Serys também defende proposta e promete continuar a luta

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) também defendeu em Plenário a aprovação de projetos, alguns de sua autoria, que beneficiam os trabalhadores domésticos. Ela rechaçou a crítica feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

– Não importa se é eleito-reiro ou se não é eleito-reiro, até porque a gente fez com o maior carinho esses projetos de lei – disse Serys, citando os senadores que trabalharam pela aprovação das propostas, como

autores ou relatores, entre eles Garibaldi Alves (PMDB-RN), César Borges (PR-BA) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Serys prometeu continuar lutando pelo fim do parágrafo único do artigo 7º da Constituição, que exclui as domésticas de diversos direitos relativos ao trabalho, como a proteção da demissão sem justa causa, seguro desemprego e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A senadora cumprimentou os



Serys cumprimentou o trabalhador brasileiro por suas conquistas

trabalhadores do país, em especial os de seu estado, o Mato Grosso, e assinalou os avanços obtidos pelos trabalhadores durante o governo Lula.

## Maciel anuncia voto favorável ao fim dos terrenos de marinha

O senador Marco Maciel (DEM-PE) anunciou ter enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) voto favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 53/07, do senador Almeida Lima (PMDB-SE), que extingue o instituto do terreno de marinha, transferindo sua propriedade para seus ocupantes.

O relator cita a justificativa de Almeida Lima para lembrar, em primeiro lugar, que o poder público, ao conceder áreas pú-

blicas em aforamento, "passa ao domínio útil do particular meras porções de terra nua, cabendo ao foreiro nela fazer as edificações e todas as benfeitorias úteis e necessárias".

Para o autor da proposta, citado no relatório de Marco Maciel, "a fixação da parcela de domínio da União em 17% do valor do domínio pleno do terreno não passa, à toda evidência, de simples ficção legal, uma vez que é, sobretudo em decorrência das citadas edifica-



Maciel: domínio da União sobre os terrenos é "simples ficção legal"

ções e benfeitorias feitas pelo particular, que se opera a valorização do bem público dado em aforamento".

## Valter Pereira homenageia líder de organização budista

A trajetória de Daisaku Ikeda, um homem que testemunhou os horrores da Segunda Guerra Mundial e que dedicou sua vida à pregação da cultura da paz, foi destacada ontem pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Hoje, o filósofo, escritor, fotógrafo, poeta e líder budista japonês completa 50 anos na presidência da Soka Gakkai, organização com mais de 12 milhões de associados, presente em 192 países e atuante em projetos em prol da paz, da cultura e da educação.

Nos países em que se instalou, segundo Valter Pereira, a entidade construiu museus, escolas e universidades, onde ministra a cultura, a educação e, sobretudo, a solidariedade.

A mensagem de Ikeda, acrescentou o senador, se baseia em dois pilares doutrinários. O primeiro é definido como o princípio da revolução humana e o segundo como o princípio da relação entre mestre e discípulo.

Para Ikeda, a revolução humana se dá pela determinação



Senador propõe voto de louvor à liderança de Daisaku Ikeda

de cada pessoa de explorar o seu potencial de virtudes e produzir a multiplicação desses atributos em favor da Humanidade.

Por reconhecer o papel de Ikeda, Valter Pereira propôs um voto de louvor pelos 50 anos da gestão do filósofo japonês à frente da Soka Gakkai.

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), Ikeda é uma espécie de profeta de tempo novo, em que se coloca a educação como o instrumento, o vetor e o motor da liberdade humana.

## Mozarildo: "em Roraima, governo exerce a política do pão e circo"

A atuação política do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, foi criticada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo o senador, Anchieta Júnior "governa como nos tempos do imperador romano Vespasiano, exercendo a política do pão e circo".

Mozarildo disse que o governador contratou para as comemorações do Dia Internacional do Trabalho, no dia 1º, uma banda sertaneja por R\$ 240 mil.

O senador citou reportagem do jornal *Folha de Boa Vista*, que entrevistou trabalhadores presentes à festa, os quais teriam afirmado que preferiam benfeitorias no Parque Inauá, onde ocorreu o evento, aumento salarial e melhorias na educação e na saúde, aos gastos com a contratação da banda.

Mozarildo lembrou que a instituição do Dia Internacional do Trabalho em 1º de maio é uma homenagem a centenas de trabalhadores da fábrica McCormick Harvester, em Chicago, Estados Unidos, mortos ou feridos nesta data em 1886, em consequência de uma greve. À época, os trabalhadores tinham uma



Mozarildo lembra história da criação do Dia Internacional do Trabalho

jornada de 17 horas, sem direito a férias, descanso semanal ou aposentadoria. O senador destacou que durante o Congresso da 2ª Internacional Socialista, em Bruxelas, em 1891, foi aprovada a resolução que instituiu a data comemorativa.

No Brasil, a comemoração do Dia Internacional do Trabalho foi instituída por decreto do então presidente Artur Bernardes, em 1925, recordou o senador, acrescentando que só no governo Getúlio Vargas direitos dos trabalhadores – como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o salário mínimo – foram, de fato, assegurados.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Pedro Simon • Serys Slhessarenko • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Senador pede tramitação rápida de projeto que proíbe candidaturas de pessoas condenadas pela Justiça. Câmara dos Deputados pode votar a proposta ainda hoje

## Simon: Senado deve aprovar Ficha Limpa sem emendas

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) pediu ontem que o Senado aprove sem emendas o projeto Ficha Limpa – que impede políticos condenados pela Justiça de serem candidatos nas eleições. A proposta, de iniciativa popular, deve ser votada hoje na Câmara dos Deputados.

Simon argumentou que, se a matéria for aprovada pela Câmara, precisará tramitar no Senado em regime de urgência para entrar em vigor já nas eleições deste ano. Ele observou que, se o Senado fizer qualquer modificação no texto que receber da Câmara, o projeto corre o risco de não ser aprovado dentro do prazo.

O senador disse ter certeza de que o texto que virá da Câmara não é o que ele gostaria, mas assegurou que, mesmo assim, votará por sua aprovação.

– Se emendarmos, se o projeto voltar para a Câmara, morreu – disse.

Simon disse ainda que o projeto ideal sobre o assunto deveria impedir a candidatura de políti-



Simon está certo de que o projeto que virá da Câmara não é o que ele gostaria de aprovar, mas teme que assunto morra se não for votado rapidamente

cos processados, tendo a Justiça a obrigação de julgá-los definitivamente antes da eleição.

Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Simon, garantindo que votará favoravelmente à aprovação

do projeto.

O projeto Ficha Limpa conta com cerca de 1,5 milhão de assinaturas e foi entregue pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) à Câmara dos Deputados em setembro de 2009.

## Alvaro Dias revela que Polícia Federal confirma irregularidades na Petrobras

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que inquérito da Polícia Federal confirmou irregularidades em cinco obras da Petrobras, que custaram R\$ 1,4 bilhão a mais do que o valor inicialmente previsto, entre elas a Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária (PR). Esta é uma das obras que, por sugestão do Tribunal de Contas da União (TCU), deixariam de receber repasses da União, conforme decisão do Congresso Nacional vetada pelo presidente Lula.

Além de restabelecer o repasse dos recursos, o presidente Lula, de acordo com Alvaro Dias, foi a Araucária e “festejou com aqueles responsáveis pelo superfaturamento”. O presidente, segundo o senador, “gosta de passar a mão na cabeça dos desonestos e sempre o faz até com certa irreverência e cinismo”.

Agora, acrescenta Alvaro, a Polícia Federal incluiu essa obra entre as que foram alvo de “acordos e manobras clandestinas”. A área técnica da Polícia Federal, assinalou o senador, descobriu que as construtoras participaram indiretamente da elaboração dos editais, de maneira a restringir o número de concorrentes, e combinaram previamente o lance vencedor das concorrências.

Para Alvaro, a operação dessa “engrenagem criminoso” para lesar e fraudar concorrências, revelada pela Polícia Federal, demonstra por que o governo temia tanto a CPI da Petrobras. Evidencia também, conforme disse, a razão pela qual Lula “comandou a estratégia de abafa”, recorrendo a um “rolo compressor jamais visto, que impediu qualquer iniciativa de investigação”.



Para Alvaro Dias, está explicado por que o governo tratou de enterrar CPI da Petrobras

## Para Virgílio, Lula testa limites e desafia autoridade da Justiça Eleitoral

“A impressão que ele me passa é a de que está testando limites, está querendo saber até onde pode transgredir, o que é tolerável, até que ponto ele pode chegar sem que o Tribunal Superior Eleitoral nele amarre um cabresto”, avaliou ontem o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), ao comentar a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na comemoração do Dia Internacional do Trabalho, sábado passado, em São Paulo.

Segundo o líder do PSDB, Lula teria agido em desrespeito ao TSE ao utilizar seu discurso para mencionar indiretamente apoio à candidatura da petista Dilma Rousseff à Presidência. Arthur Virgílio opinou que o clima de candidatura registrado na festa de 1º de Maio obriga a Justiça Eleitoral a tomar uma atitude.

– Ou ela omite-se, deixa-se desmoralizar, e permite que o Executivo avance em algo que desmontaria os alicerces da democracia brasileira, ou atua de forma exemplar. Eu confio na capacidade de a Justiça Eleitoral demonstrar autoridade, dar um basta e dizer que existem regras e que elas devem ser cumpridas – afirmou Arthur Virgílio.

A sugestão do senador ao presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, é que ele convoque uma reunião com os presidentes de todos os partidos e esclareça o que a lei permite e o que é vedado aos candidatos em cada fase do processo eleitoral. Para o senador, Lula deveria dar o exemplo. Se ele extrapola os limites, assinalou, os prefeitos, governadores e parlamentares se sentirão no direito de fazer o mesmo.



Virgílio sugeriu ao presidente do TSE que reúna partidos e esclareça regras

## Ideli: catarinenses mais preparados contra catástrofes

O estado de Santa Catarina estará mais bem preparado para enfrentar as catástrofes com a entrada em operação de serviços de atendimento móvel de urgência (Samu) em helicópteros e lanchas, afirmou ontem a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Completa o esforço para minimizar os efeitos das intempéries, segundo a senadora, um radar de acompanhamento meteorológico que está sendo adquirido pelo Ministério da Agricultura e que será colocado à disposição do estado.

De acordo com Ideli, o estado e sua população têm enfrentado situações extremamente difíceis, mas todos os pleitos levados ao governo federal para amenizá-las têm sido atendidos. O objetivo é dotar as instituições catarinenses de instrumentos



Ideli Salvatti diz que trabalhador teve o que comemorar no 1º de Maio

adequados para fazer frente a emergências e catástrofes.

Associando-se às comemorações do 1º de Maio, Ideli considerou positivo o fato de os trabalhadores com carteira assinada já serem maioria nas regiões metropolitanas. Ela comemorou também o desaparecimento da emblemática placa “não há vagas”. Segundo ela, os dois fatos marcaram a comemoração do último 1º de Maio do governo Lula.

## Rosalba registra encontro de escritores de língua portuguesa

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) registrou a realização, na semana passada, do 1º Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, em Natal.

O congresso, de acordo com a senadora, contou com a participação dos escritores portugueses Fernando Pinto Amaral e Carlos Reis, do brasileiro João Ubaldo Ribeiro, entre outros, e representantes de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

O encontro teve o objetivo, segundo Rosalba, de possibilitar a troca de experiências entre os escritores, permitindo um melhor conhecimento da cultura de cada um dos países.

– O que mais me impressionou foi que o Teatro Alberto Maranhão estava lotado de estudantes, mostrando o quanto existe sede das pessoas por cultura. Quando se tem uma oportunidade, elas estão pre-



Rosalba destaca grande presença de estudantes no evento em Natal

sentes, para aprender, para poder crescer, para valorizar cada vez mais todo esse potencial que tem o nosso povo, a nossa gente – disse.

A senadora relatou ainda sua participação, no final de semana, em congresso regional Norte/Nordeste de profissionais de medicina, e em congresso de juizes do Trabalho que reuniu mais de 700 magistrados na capital do Rio Grande do Norte.

## Mão Santa afirma que PT mudou e se corrompeu

Mão Santa (PSC-PI) acusou a gestão do ex-governador Wellington Dias (PT) no Piauí de praticar “a mentira, a corrupção e a incompetência” e afirmou que essas práticas acabaram com o partido no estado. Ele lembrou que há 30 anos, à época da fundação do PT, o presidente Lula, que era líder sindical, afirmava que “se pode mentir para a classe trabalhadora até duas vezes; na terceira, ela te engole”.

O senador ressaltou que Lula estava sintonizado com as demandas dos trabalhadores, falava em honestidade e dava importância ao trabalho, que considerava “como a única arma que pode vencer qualquer coisa.”

Lula também se preocupava,



Mão Santa aponta mentira, corrupção e incompetência de ex-governador

afirmou o senador, com a conscientização dos trabalhadores para que votassem em quem poderia lhes proporcionar melhorias de condições de vida.

Na época, acrescentou Mão Santa, Lula também demonstrava suas afinidades ideológicas com o socialismo, o que levou muitos a buscar o PT pensando em uma sociedade mais justa e igualitária.



# Senado propõe limites aos cartões de crédito

Propostas de senadores e do governo buscam sintonizar o aumento vertiginoso de cartões de crédito – de 118 milhões em 2000 para 565 milhões em 2009 – com o devido respeito aos direitos do consumidor

NINGUÉM TEM DÚVIDA de que a relação entre os usuários e as administradoras dos cartões de crédito é desigual. Os procons estão lotados de reclamações. O setor só perde para o de telefonia no número de queixas. E muitos consumidores já partiram para ações na Justiça. Essa situação não é nova. A novidade é que o governo resolveu, em 27 de abril, apoiar os usuários e intervir nas tarifas cobradas pelas administradoras, seguindo caminho semelhante ao que adotou com os bancos, por meio da Resolução 3.518, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Dois projetos apresentados no Senado ano passado definem regras para proteger o consumidor e podem ajudar nos planos do governo. Inspirados em decisão do Senado norte-americano, aprovada em maio de 2009, de proibir práticas abusivas da indústria de cartões, os dois projetos devem ganhar novo impulso diante da atual posição do governo.

O autor de um deles, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), adiantou ao **Jornal do Senado** que irá procurar essa semana o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e o relator, Marco Maciel (DEM-PE), para agilizar o exame da proposta (PLS 261/09) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O plano de Raimundo Colombo (DEM-SC) é se articular com Antonio Carlos e com o relator Arthur Virgílio (PSDB-AM) para sua proposta (PLS 304/09) avançar na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

– Os usuários estão nas mãos das administradoras. Não conseguem sequer as informações que solicitam. É uma relação desrespeitosa e desigual – critica Colombo, que só possui um cartão de crédito e de banco oficial. O senador recebe mui-

tas reclamações de usuários e defende a necessidade de lei para proteger o cidadão, que cada vez mais recorre ao dinheiro de plástico para financiar seu consumo.

De fato, a expansão desse instrumento ao longo dos últimos dez anos foi vertiginosa. Em 2000, eram 118,249 milhões de cartões. Nove anos mais tarde, o número subiu para 565,228 milhões. A estimativa da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) é fechar 2010 com 628,015 milhões e faturamento projetado de R\$ 534,735 bilhões, um aumento de 20% em relação a 2009.

Com cifras dessa magnitude e um ingresso cada vez maior de consumidores de baixa renda, o setor não pode permanecer sem regulação e fiscalização, de acordo com especialistas e órgãos de defesa do consumidor. A Abecs apresentou ao governo proposta de autorregulação em dezembro de 2009, considerada mais um conjunto de intenções. O fato é que a indústria de cartões não está submetida à fiscalização do Banco Central (BC), por não ser considerada instituição financeira. E o governo já anunciou que pretende enviar ao Congresso projeto de lei para dar poderes ao CMN e ao BC para disciplinar o setor.

Essa discussão já está em curso há algum tempo no Senado. Projeto (PLS 678/07) de Adelmir Santana (DEM-DF) prevê a inclusão do setor entre as instituições financeiras supervisionadas pelo BC. Só que a proposta foi incorporada no parecer de Antonio Carlos Júnior, aprovado na CCJ em dezembro de 2009, que trata da autonomia do BC. A alternativa para ACM Júnior é costurar entendimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator é Francisco Dornelles (PP-RJ).

## Uso do “dinheiro de plástico” ganhou força a partir de 1950

O “dinheiro de plástico” só foi lançado no Brasil em 1956. Mas nasceu nos EUA na década de 1920, quando algumas redes de hotéis e postos de combustíveis começaram a emitir cartões para que seus clientes pudessem comprar a crédito nos próprios estabelecimentos. Só em 1950, o instrumento passou a ser utilizado como se conhece hoje, para financiar aquisições em estabelecimentos variados.

De lá para cá, o cartão de crédito transformou-se em uma indústria poderosa. No Brasil, segundo o senador

Antonio Carlos Júnior, é um oligopólio, com baixa concorrência, o que explica os juros extorsivos (média de 238% ao ano, chegando, em alguns casos, a 628% no crédito rotativo) e práticas abusivas (cobranças, por exemplo, pela não utilização de cartões não solicitados pelos clientes).

Para orientar os usuários de cartões de crédito, há um número significativo de cartilhas e dicas úteis disponíveis na internet. Consulte a seção Saiba mais (à direita) ou o *Especial Cidadania* 88, de 29 de agosto de 2005.

### Muitas são as razões para reclamar

As administradoras de cartões de crédito são as instituições da área financeira que dão mais razões para os consumidores terem dor de cabeça



Fonte: Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2009 – Ministério da Justiça

### As principais mudanças sugeridas

**Prazo** – Qualquer alteração na taxa de juros, na comissão de permanência, nas tarifas, taxas, multas e outros encargos contratuais deve ser informada ao usuário com antecedência mínima de 45 dias, à semelhança da legislação norte-americana.

**Fatura** – Deve trazer informações detalhadas sobre todos os custos com que o usuário tem de arcar, inclusive os de natureza moratória; deve diferenciar os que incidem quando não há o pagamento total ou parcial da fatura; qualquer cobrança de taxas, tarifas e multas que não tenham sido informadas na fatura serão consideradas nulas e sujeitarão o emissor do cartão de crédito ou a empresa responsável pela emissão a penalidades.

**Transparência** – As empresas do setor ficam obrigadas a incluir em suas páginas na internet o contrato de adesão e suas alterações, informações sobre todas as obrigações do titular do cartão e todos os custos decorrentes do não pagamento integral da fatura; o acesso deve ser claro, estar em destaque e constar nos sites que descrevem características e vantagens do cartão oferecido.

**Autorização** – As transações que excederem o limite de crédito só serão feitas se

houver autorização do titular do cartão, que pode ser obtida por telefone, desde que fique gravada e armazenada por no mínimo 90 dias. Sem essa autorização, os gastos acima do limite serão considerados nulos e haverá punição ao emissor ou empresa responsável pela emissão do cartão. Esse dispositivo só não será aplicado quando a transação exceder o limite em menos de 10%.

**Aviso** – O usuário deve ser comunicado, por e-mail ou outra forma, toda vez que o seu saldo devedor ultrapassar 50% do limite de crédito. A desobediência a essa regra leva à multa de 20% do valor que exceder o teto estabelecido para alertar o usuário. A multa deve ser paga ao titular na forma de desconto na fatura do mês subsequente. A empresa fica desobrigada de cumprir esse dispositivo se o usuário não tiver e-mail e não autorizar a cobrança do envio da comunicação.

**Penalidades** – As sanções à empresa responsável pela emissão de cartões podem variar de multas a suspensão definitiva do direito de exercer a atividade. Os projetos também definem valores para as multas e com quem fica o dinheiro, prevendo aumento delas quando a infração for reincidente.

## Projetos incorporam novas regras americanas

Para coibir os abusos contra os usuários de cartões de crédito, o Congresso norte-americano definiu medidas – em vigor desde fevereiro passado – que melhoram o fluxo de informações, aumentam a transparência nos contratos, restringem o crédito e impõem limites à cobrança de tarifas e multas pelas empresas. Muitas foram adaptadas à realidade brasileira nos dois projetos que tramitam no Senado.

Entre as providências adotadas nos Estados Unidos e adaptadas ao Brasil, o consultor do Senado Paulo Springer, espe-

cialista na área, destaca o prazo de antecedência mínimo de 45 dias para informar os clientes de qualquer alteração contratual, linguagem simplificada, acesso facilitado às informações (inclusive pela internet) e proibição de cobrança de multas pelo uso do cartão acima do limite.

Outras regras não foram seguidas. A legislação norte-americana prevê, por exemplo, o envio das faturas com prazo mínimo de 21 dias para pagamento, permissão para cobrança retroativa de juros para faturas em atraso por

mais de 60 dias e restrição a venda de cartões a pessoas que não podem comprovar renda e a menores de 21 anos (a não ser quando eles demonstrem possuir rendimentos e tenham um responsável maior de idade).

A legislação norte-americana frustrou, segundo Springer, alguns segmentos que desejavam que a lei impusesse limites à cobrança de juros por considerá-los extorsivos. No Brasil, eles são tão elevados que só estão abaixo do que cobram os agiotas.

### Saiba mais

**Especial Cidadania 88**  
[www.senado.gov.br/jornal/cidadania/especial\\_cidadania\\_cartao\\_credito.html](http://www.senado.gov.br/jornal/cidadania/especial_cidadania_cartao_credito.html)

**Cadernos DPDC**  
[www.senado.gov.br/jornal/cidadania/cartilha\\_cartao\\_de\\_credito.pdf](http://www.senado.gov.br/jornal/cidadania/cartilha_cartao_de_credito.pdf)

**Assoc. Bras. das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços**  
[www.abecs.org.br/novo\\_site](http://www.abecs.org.br/novo_site)

**Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor**  
[www.idec.org.br](http://www.idec.org.br)

**Procon (SP)**  
[www.procon.sp.gov.br/categoria.asp?id=249](http://www.procon.sp.gov.br/categoria.asp?id=249)

**Banco Central**  
[www.bcb.gov.br/rex/cartilha/cartilha\\_cambio\\_envio\\_recebimento\\_pequeno\\_valores.pdf](http://www.bcb.gov.br/rex/cartilha/cartilha_cambio_envio_recebimento_pequeno_valores.pdf)

**Direito para Todos**  
[rbxjuridico.blogspot.com/2010/04/cartilha-sobre-cartao-de-credito.html](http://rbxjuridico.blogspot.com/2010/04/cartilha-sobre-cartao-de-credito.html)